

# Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

**49**

JANEIRO – MARÇO  
1988

# BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	600\$00	1.000\$00
Outros países estrangeiros	750\$00	1.050\$00
Este número	150\$00	—

## JANEIRO — MARÇO

49

ANO XIII

Apresentação

A presença de Maria na Liturgia

Concertos nas Igrejas

*J. Leão Cordeiro*  
*Congregação do Culto*  
*Divino*

A propósito do antigo Caminho  
de Peregrinação Português

*Manuel Núñez Rodríguez*  
*e José António Falcão*

Visita da CEL à Congregação  
do Culto Divino

*J. G.*

Jornadas Nacionais Espanholas

II Reunião das CEL dos Países de  
Língua Portuguesa

XIV Encontro Nacional

Encontros Diocesanos

Missal Romano

Preparação e celebração das Festas Pascais

*Este número do Boletim abre um novo ano de publicação, precisamente o décimo terceiro. Não é muito na vida de uma pessoa, mas já representa alguma coisa na existência de uma revista, mesmo que não ultrapasse a modéstia deste Boletim. Quatro vezes por ano mantemos contacto regular com os nossos leitores e procuramos levar-lhes a chama viva da Pastoral Litúrgica à luz da reforma conciliar do Vaticano II.*

*A celebração do Ano Mariano em curso não podia deixar de atrair a nossa atenção e de merecer o nosso interesse. Por isso, o artigo de fundo deste número é dedicado à presença de Maria na Liturgia e tem a assinatura prestigiada do P. Dr. José de Leão Cordeiro. Fazemos nossa a conclusão do articulista: «a veneração que a tradição litúrgica universal presta a Maria não tem paralelo com a de qualquer outro Santo. E compreende-se porquê. Ela é a Mulher que Deus escolheu para Mãe de seu Filho. A Liturgia, expressão orante da fé da Igreja, é testemunho ímpar dessa tradição viva de amor e devoção à Virgem, graças à presença ininterrupta do Espírito, ao contínuo dar ouvidos à Palavra da revelação, à vigilância atenta do Magistério e ao escrupuloso estudo da verdade».*

*A Congregação do Culto Divino enviou em Novembro de 1987 uma carta às Conferências Episcopais e às Comissões nacionais de Liturgia na qual propõe elementos de reflexão e de interpretação das normas canónicas que dizem respeito ao uso nas igrejas dos diversos géneros de música: música de canto para a liturgia, música de inspiração religiosa e música não religiosa. Nesta carta trata-se sobretudo das execuções musicais fora das*

celebrações litúrgicas e pretende-se ajudar cada bispo a tomar as decisões pastorais mais válidas. Dada a conexão do conteúdo com a utilização correcta das igrejas, achamos oportuno transcrever o documento na íntegra.

A secção mais informativa deste número traz notícias que reputamos de interesse sobre a ida da nossa Comissão Episcopal de Liturgia à Congregação do Culto Divino por ocasião da visita ad sacra limina do Episcopado Português à Sé Apostólica, sobre a próxima reunião das Comissões nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa a efectuar em Lisboa, sobre as Jornadas Nacionais Espanholas de 1987, sobre o XIV Encontro Nacional, que este ano será antecipado para a última semana de Julho devido à mudança do começo do ano lectivo, e ainda sobre alguns encontros diocesanos em que colaborou o SNL.

Por último — e aqui também os últimos são os primeiros — vem uma referência à circular que a Congregação do Culto Divino enviou recentemente aos Presidentes das Conferências episcopais e das Comissões nacionais da Liturgia. Este documento reveste-se de grande interesse e oportunidade porque sintetiza o que se encontra disperso nos Preliminares de vários livros litúrgicos sobre a preparação e a celebração da Páscoa. Esta celebração só pode alcançar a qualidade que se pretende se for devidamente preparada pela catequese do mistério pascal. Tratando-se de um texto bastante longo que só nos chegou às mãos quando estava já a imprimir-se este número do Boletim, tivemos de nos limitar a enunciar os pontos mais relevantes do seu conteúdo. Oxalá ele possa, mesmo assim, levar os nossos leitores a uma celebração mais profunda do Tríduo Pascal e do Tempo Pascal.

# A Presença de Maria na Liturgia

## INTRODUÇÃO

O dois primeiros capítulos do Evangelho de São Lucas narram dois acontecimentos muito conhecidos dos cristãos e que têm sido, ao longo dos séculos da vida da Igreja, objecto da escolha preferida de muitos artistas para temas das suas obras. Estamos a referir-nos ao anúncio do anjo Gabriel a uma virgem de Nazaré, chamada Maria, que estava desposada com um homem chamado José, da família de David, e à viagem que tempos depois esse homem e essa mulher empreenderam, a caminho da cidade de Belém, para se recensearem, de acordo com um édito publicado pelo imperador de Roma César Augusto.

As duas descrições do evangelista têm como pontos culminantes a saudação do anjo: «Salvé, ó cheia de graça, o Senhor está contigo» e o relato do que sucedeu quando se completaram os dias de Maria, que estava grávida, dar à luz: «E teve o seu filho primogénito, que envolveu em panos e recostou numa manjedoura, por não haver lugar para eles na hospedaria» (Lc 1, 28 e 2, 7). Elas constituem também o fundamento de todo o culto que a Igreja presta à Virgem de Nazaré.

Esse culto foi apenas popular durante os primeiros quatro séculos. São sinais dele as narrações dos Evangelhos apócrifos, onde se conta a história de Maria em termos ingénuos e plenos de «maravilhoso», as pinturas murais que representam a Virgem com o Menino nas catacumbas romanas, e uma oração encontrada num papiro do século III onde se invoca o valimento de Maria: «À vossa protecção nos acolhemos, Santa Mãe de Deus».

Foi a esse culto, profundamente enraizado na tradição popular, que o Concílio de Éfeso (431) deu impulso litúrgico decisivo, ao proclamar solenemente a Virgem de Nazaré verdadeira Mãe de Deus, utilizando o termo grego **Théotokos**.

## I — O CULTO LITÚRGICO A MARIA A PARTIR DO SÉCULO V

### 1. AS PRIMEIRAS FESTAS LITÚRGICAS

#### 1.1 Em Jerusalém e no Oriente

Jerusalém foi o berço do culto litúrgico de Maria. Nessa cidade foi construída a primeira basílica dedicada à Mãe de Deus. Ai se celebrava, a 15 de Agosto, a festa da Dormição da Virgem. Estava-se então no século V.

No século seguinte surgiram mais cinco festas: a 8 de Setembro a do Nascimento de Maria, a 21 de Novembro a da sua Apresentação no Templo, descrita pelo evangelho apócrifo de S. Tiago, a 26 de Dezembro a dos Parabéns à Virgem por ter dado à luz o seu Filho, a 2 de Fevereiro a do Encontro com Simeão e a 25 de Março, ou seja nove meses antes do Natal, a da Anunciação.

Este quadro de seis festas permaneceu intacto ao longo dos séculos e de Jerusalém irradiou por todo o Oriente.

#### 1.2 Em Roma e no Ocidente

Em Roma, o movimento do culto litúrgico de Maria foi paralelo ao de Jerusalém. Já existia, no Cãnone Romano, a célebre passagem do **Communicantes**: «Na comunhão de toda a Igreja, veneramos, em primeiro lugar, a memória da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe do nosso Deus e Senhor Jesus Cristo», testemunho ímpar, dentro da Oração Eucarística, da fé que o Concílio de Éfeso declarou ser a de toda a Igreja.

Imediatamente a seguir ao Concílio de Éfeso, o papa Xisto III (432-440) dedicou à Virgem a primeira basílica erigida sob a invocação de Maria, em Roma. Trata-se da bela basílica de Santa Maria Maior, que ainda hoje existe. A festa, sob o nome de Assunção de Maria, celebrava-se, como em Jerusalém, a 15 de Agosto. Uma grande procissão nocturna partia do Latrão e terminava na basílica onde se guardava o ícone de Maria, **Salus populi romani**. Dois séculos depois vieram juntar-se a ela outras quatro, por influência de Jerusalém: a de Santa Maria, Mãe de Deus, a 1 de Janeiro (correspondente à dos Parabéns à Virgem, oriental), a Purificação de Maria a 2 de Fevereiro, a Anunciação a 25 de Março e o Nascimento de Maria a 8 de Setembro. Só não foi acolhida a da Apresentação de Maria no Templo.

A partir da cidade de Roma, e dada a grande influência desta

cidade em todo o Ocidente, acabou por suceder o que acontecera no Oriente a partir de Jerusalém: toda a Europa aceitou estas cinco festas litúrgicas de Maria.

## **2. DESENVOLVIMENTOS DAS FESTAS DE MARIA**

### **2.1 Na Idade Média**

Do século VII ao século XIV o Ocidente não sentiu necessidade de aumentar o número das festas mariais. Bastaram-lhe as cinco festas que tiveram seu berço em Jerusalém, e que Roma aceitou e por sua vez espalhou por toda a Europa.

No século XIV essa tradição foi quebrada com a instituição das festas da Visitação de Maria a Isabel, da Apresentação de Maria no Templo, de Nossa Senhora das Neves e da Compaixão de Maria, e no século XV a da Conceição de Maria, que só no século XIX viria a tornar-se na festa da Imaculada Conceição.

### **2.2 Nos tempos modernos**

Ao aproximar-se o fim do século XVII, começa nova fase do culto litúrgico de Maria, multiplicando-se as festas em sua honra, motivadas umas por acontecimentos ou recordações históricas, outras por influência de certas famílias religiosas. Assim, o século XVII viu entrar no Calendário litúrgico duas (Santíssimo Nome de Maria e Nossa Senhora das Mercês), o século XVIII outras duas (Rosário da Virgem Maria e Nossa Senhora do Monte Carmelo), o século XIX uma (As Sete Dores de Maria) e o século XX quatro (Aparição da Imaculada em Lourdes, Maternidade de Maria, Coração Imaculado de Maria e Maria Rainha).

### **2.3 Festas dos Calendários particulares**

A enumeração das festas de Maria que acabamos de fazer dá apenas uma ideia parcelar do número de festas mariais celebradas no decorrer do ano na maior parte das Dioceses e Congregações religiosas do mundo inteiro. O **Gradual Romano**, no próprio das Dioceses, indicava mais as seguintes: Trasladação da Santa Casa do Loreto, Expectação de Maria, Casamento de Maria e José, Nossa Senhora do Bom Conselho, Maria Socorro dos Cristãos, Coração Puríssimo de Maria, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Pureza de Maria, Patrocínio de Maria, Manifestação da Medalha Milagrosa.

Haveria que mencionar também os inúmeros títulos com que a Virgem é celebrada em igrejas sumptuosas ou em minúsculas ermidas, num culto litúrgico-popular muito localizado, com raízes nas chamadas «aparições miraculosas» da Virgem ou no encontro casual de alguma imagem sua, escondida por cristãos de antanho e casualmente descoberta, séculos depois, por algum pastor ou caminhante, atraídos por «intensos clarões de luz» e convidados pela Senhora a construir, em lugar por ela indicado, um edifício de culto sob determinada invocação. Isso levar-nos-ia muito longe e ultrapassa os limites deste trabalho, que quer confinar-se exclusivamente ao domínio litúrgico.

### **3. MARIA NOS TEMPOS LITÚRGICOS**

O Tempo do Natal foi, em todas as tradições litúrgicas, o mais acentuadamente marial. Em Roma, a celebração da Missa do dia de Natal foi transferida da Basílica de S. Pedro para a de Santa Maria Maior, dentro da qual se construíra um oratório que evocava o **presépio** onde Jesus nascera, em Belém, e por toda a parte Maria era apresentada à contemplação da Igreja, principalmente através das antifonas que cantavam a sua maternidade divina: «Alegrai-Vos, ó Virgem Maria, que trouxestes em vosso seio, a Cristo, Salvador do mundo».

Também o Tempo do Advento era propício à celebração da memória de Maria, que esperara como ninguém a vinda do Messias prometido e fora a primeira a contemplá-lo na noite do seu nascimento. É essa atitude contemplativa da Virgem-Mãe, diante d'Aquele que ela própria trouxera em seu ventre, que exprimem as antigas antifonas do «O», que envolviam o canto do Magnificat, na Hora de Vésperas, de 17 a 23 de Dezembro, e punham nos lábios de Maria as expressões de fé da própria Igreja para com o Menino que ia nascer: «Ó Sol Nascente», «Ó Sabedoria do Altíssimo», «Ó Chefe da Casa de David», «Ó rebento da Raiz de Jessé», «Ó Chave da Casa de David», «Ó Rei das Nações e Pedra angular da Igreja», «Ó Emanuel, nosso Rei e Salvador do mundo».

### **4. A MISSA DE SANTA MARIA NO SÁBADO, O OFÍCIO MENOR DE NOSSA SENHORA E AS ORAÇÕES A MARIA**

A Missa de Santa Maria no Sábado e o Ofício Menor de Nossa Senhora tiveram grande difusão em todo o Ocidente a partir



do século X. O sábado era o dia particularmente dedicado à Virgem, e nele se celebrava quase sempre a Missa votiva de Nossa Senhora. Quanto ao Ofício Menor veio a ser adoptado como única forma de Ofício das Horas por muitas Congregações e Institutos religiosos, antes da reforma do Concílio Vaticano II.

Recordemos, por fim, as Orações litúrgicas a Maria, envolvidas em melodias gregorianas, e que se cantavam como antífonas finais do Ofício Divino: *Alma Redemptoris Mater*, *Ave Regina Coelorum*, *Regina Coeli laetare*, e a mais popular de todas, a *Salve Regina*, que já existiam no século XII, e entre os hinos e sequências *Ave Maris Stella*, do século IX, *Salve Mater Misericordiae* e *Stabat Mater Dolorosa*, do século XIV.

## II — O CULTO A MARIA DEPOIS DO CONCÍLIO VATICANO II

Na Constituição sobre a Liturgia, o Concílio Vaticano II ensina que «a Igreja venera com especial amor a Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, em quem vê e exalta o mais excelso fruto da Redenção, em quem contempla, qual imagem puríssima, o que ela, toda ela, com alegria deseja e espera» (SC 103).

Dado que o aumento de festas de Maria foi uma constante desde o século V até aos nossos tempos, o mesmo acontecendo a outros elementos, nomeadamente às orações, o Concílio entendeu que convinha renovar o culto da Mãe de Deus e reconduzi-lo a formas essenciais, de modo a respeitar a primazia do Domingo (SC 106), das celebrações dos Mistérios da Redenção cristã (SC 107) e das festas do Senhor (SC 108).

Foi por essas razões que a renovação «incidiu sobre o calendário das festas da Virgem, sobre as leituras das Missas e do Ofício e sobre as orações através das quais nos dirigimos a Deus por intercessão de Maria» (A. G. Martimort, *A Igreja em Oração (nova edição)*, vol. IV, p. 164), o que permitiu inserir, de maneira mais ordenada e íntima, a memória da Mãe no ciclo anual dos mistérios do Filho (Paulo VI, *Marialis Cultus*, n. 2).

### 1. As festas de Maria

Foram suprimidas poucas festas da Virgem. Apenas desapareceram **três memórias** (As Dores de Nossa Senhora, na Quaresma, o Santíssimo Nome de Maria e Nossa Senhora das Mercês) e **duas**

**festas** passaram a ser consideradas do Senhor (a Anunciação, a 25 de Março, e a Apresentação de Jesus no Templo, a 2 de Fevereiro).

O conjunto das outras festas foi reorganizado segundo a importância de cada uma delas. Em primeiro lugar **três solenidades**: Santa Maria Mãe de Deus, no dia 1 de Janeiro, a Imaculada Conceição, a 8 de Dezembro, e a Ascensão de Maria ao Céu, a 15 de Agosto. Logo a seguir **duas festas**: a Natividade de Maria, a 8 de Setembro, e a Visitação a Isabel, a 31 de Maio. Depois é a vez das **quatro memórias obrigatórias**: Apresentação de Maria no Templo, a 21 de Novembro, Nossa Senhora das Dores, a 15 de Setembro, Maria Rainha, a 22 de Agosto, espécie de oitava da Assunção, e Nossa Senhora do Rosário, a 7 de Outubro. Por último **quatro memórias facultativas**, uma das quais, a do Coração Imaculado de Maria é paralela da festa do Sagrado Coração de Jesus, e as outras três andam ligadas a outros tantos lugares de peregrinação: Nossa Senhora do Monte Carmelo, à Terra Santa, Dedicação de Santa Maria Maior, a Roma, e Nossa Senhora de Lurdes, à França.

Ao todo são 13 os títulos das celebrações litúrgicas de Maria, no Missal de Paulo VI, o grande obreiro da sua reforma.

Outras festas foram deixadas para os calendários dos países, das Dioceses e das Congregações religiosas. Cingindo-nos ao caso de Portugal temos, a 13 de Maio, para todo o país, Nossa Senhora de Fátima. As diferentes dioceses celebram, como festas próprias, as seguintes: Macau — Maria, Rainha da China (20/2); Braga — Nossa Senhora da Alegria (2.<sup>a</sup>-feira da pascoela) e Nossa Senhora do Sameiro (12/6); Leiria-Fátima e Viseu — Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças (8/5); Lamego — Nossa Senhora dos Remédios (8/9); Funchal — Nossa Senhora do Monte (9/10); Porto — Nossa Senhora de Vandoma (11/10); Évora — Expectação da Virgem Santa Maria (18/12). As diversas famílias religiosas têm como próprias as seguintes festas da Virgem: Companhia de Jesus — Nossa Senhora, Mãe da Companhia (22/4); Ordem de S. João de Deus e Irmãs de S. Pedro Claver — Nossa Senhora, Mãe do Bom Conselho (26/4); Servas de Maria — Nossa Senhora, Saúde dos Enfermos (8/5); Missionários do Preciosíssimo Sangue — Nossa Senhora, Mãe da Misericórdia (12/5); Congregação Salesiana — Nossa Senhora Auxiliadora (24/5); Congregações Paulistas — Nossa Senhora, Rainha dos Apóstolos (6/6); Redentoristas — Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (27/6); Congregação dos Sagrados Co-

rações — Nossa Senhora, Rainha da Paz (9/7); Passionistas — Nossa Senhora, Mãe da Santa Esperança (9/7); Carmelitas Descanços — Nossa Senhora, Mãe da Divina Graça (23/7); Ordem Franciscana — Nossa Senhora dos Anjos (2/8); Ordem Agostiniana — Nossa Senhora da Consolação (4/9); Congregação da Missão — Nossa Senhora da Medalha Milagrosa (27/11).

A análise dos títulos destas diversas festas de Maria mostra que as dioceses preferem celebrar Maria em relação com mistérios do ciclo anual de seu Filho ou com lugares de peregrinação, e que as Congregações religiosas se orientam, na sua quase totalidade, para festas que têm por títulos algumas das invocações da Ladaíinha de Nossa Senhora.

Nada dizemos dos títulos e das invocações das festas mariais, celebradas na roda do ano, em honra da Virgem Maria, nas Paróquias. As estatísticas dizem que de cada três Paróquias, uma tem Nossa Senhora por titular e que as invocações de festas mariais se elevam a mais de 900 (Cfr. o artigo de Joaquim O. Bragança «A devoção dos Portugueses a Nossa Senhora» *Communio*, n.º 1, Ano IV, 1987).

## **2. O Leccionário das festas de Maria**

Na revisão das leituras bíblicas para as festas de Maria aplicaram-se os mesmos princípios utilizados para a revisão do Leccionário do Missal Romano: assim, evitaram-se as repetições, aumentou-se o número das perícopas, mas só se escolheram aquelas que «ou pela evidência do seu conteúdo, ou pelas indicações de uma exegese atenta e bem apoiada pelos ensinamentos do Magistério ou por uma sólida tradição, podem considerar-se, embora de modo e em grau diferente, de carácter marial» (Paulo VI, *Marialis Cultus*, n. 12).

A nota mais saliente dessa revisão das leituras consistiu na eliminação de quase todas as que, anteriormente, eram tiradas dos Livros Sapienciais, a fonte mais importante do antigo Leccionário marial. Outra nota importante foi a inclusão, no novo Leccionário, de todos os textos citados pela Constituição «*Lumen Gentium*» sobre Maria, nomeadamente os textos proféticos nos quais a Mãe do Messias aparece como a Filha de Sião, a imagem da Jerusalém nova, o modelo acabado dos pobres de Israel, e os textos de São Paulo sobre a mulher da qual nasceu o Filho de Deus (Gal 4, 4).

O conjunto dos textos do novo Leccionário mostra-nos uma Igreja que contempla, extasiada, a «humilde serva do Senhor» na qual «o Todo-poderoso fez maravilhas», uma Igreja que para encontrar as verdadeiras fontes do culto marial respeita a verdade hebraica dos textos do Antigo Testamento, embora procurando descobrir o sentido do avançar da Revelação, inscrito numa grande discreção evangélica, uma Igreja que, conduzida pelo Espírito, dá testemunho da fé em que acredita relativamente a Maria.

### **3. As Orações das festas litúrgicas de Maria**

A primeira oração de qualquer festa litúrgica é a Oração eucarística. Ora, não há, na liturgia romana, nenhuma oração eucarística de Maria, o que, a acontecer, seria um contra-senso, pois a Oração eucarística (= acção de graças) só pode ser dirigida a Deus. Mas existem, nas Orações eucarísticas, elementos especialmente dirigidos ao louvor e à intercessão da Virgem.

Já nos referimos ao «Communicantes» do Cântico Romano. Além dele lembramos também as intercessões das Orações eucarísticas II, III e IV, nas quais pedimos ao Senhor «a graça de participar na Vida eterna com a Virgem Maria, Mãe de Deus».

Mais importantes são, porém, os prefácios propostos para as festas de Maria. Ao prefácio medieval, que celebra a maternidade divina da Virgem de Nazaré («Ela concebeu o vosso Filho Unigénito pelo poder do Espírito Santo; e, sem perder a glória da sua virgindade, deu ao mundo a luz eterna, Jesus Cristo, nosso Senhor»), vieram juntar-se mais quatro: um prefácio comum, eco longínquo do Magnificat («Vós, Senhor, fizestes maravilhas a favor de todos os povos e conservastes a vossa misericórdia de geração em geração, porque vistes a humildade da vossa serva»), o da Assunção («Hoje a Virgem Mãe de Deus foi elevada à glória do céu. Ela é a aurora e a imagem da Igreja triunfante; Ela guia e sustenta o vosso povo peregrino; Ela não sofreu a corrupção do túmulo»), o da Imaculada Conceição, que se inspira no texto da «Lumen Gentium» sobre Maria, figura da Igreja («Vós preservastes a Bem-aventurada Virgem Maria de toda a mácula do pecado original; enriquecendo-a com a plenitude da vossa graça, destes início à Santa Igreja, resplendente de beleza... Vós a destinastes, acima de todas as criaturas, para ser advogada de graça e modelo de santidade para o vosso povo»), e, por fim, entre as Missas Votivas, um prefácio relativo a Maria, Mãe da Igreja.

Se os prefácios põem em relevo os dons concedidos por Deus a Maria, as Orações presidenciais (Colecta, Oração sobre as oblatas e Oração depois da Comunhão) do Advento e do Tempo do Natal salientam, de preferência, o lugar da Virgem nos mistérios de Jesus Cristo. Assim, a Missa do IV Domingo do Advento é uma verdadeira festa da Anunciação. «Eis que uma Virgem conceberá e dará à luz um Filho chamado Emanuel» (Antifona da Comunhão); «Assim como pela Anunciação do Anjo conhecemos a encarnação de Cristo» (Colecta); «Os dons colocados sobre o altar sejam santificados pelo mesmo Espírito que fecundou o seio da Virgem Maria» (Oração sobre as oblatas).

Várias Orações de 17 a 24 de Dezembro evocam a Virgem «em cujo seio o Verbo Se fez homem (17) e Se dignou habitar entre nós (23), Virgem «que deu a conhecer ao mundo o esplendor da glória do Pai» (19) Virgem que «envolvida na luz do Espírito Santo se tornou templo da divindade» (20).

No Tempo de Natal celebra-se a solenidade de Santa Maria Mãe de Deus, «na qual saboreamos as primícias da graça de Deus» que nos vieram por aquela que também aí é chamada «Mãe da Igreja» (Colecta e Oração depois da Comunhão). As orações de Segunda, Terça e Sábado antes da Epifania fazem todas referência à Virgem.

Por fim, podemos apreciar o estilo novo das orações das festas de Maria, no dia 31 de Maio, onde pedimos ao Senhor que «nos dê a graça de ser dóceis ao sopro do Espírito, para podermos glorificá-Lo eternamente com a Virgem», e no dia 15 de Setembro, onde suplicamos a Deus que a exemplo de Maria a Igreja se una «à paixão de Cristo, para ter parte na sua ressurreição».

#### 4. **Maria, modelo da Igreja no exercício do culto litúrgico**

Paulo VI escreveu na Exortação apostólica «*Marialis Cultus*» que Maria é modelo da Igreja no exercício do culto litúrgico. Vale a pena meditar, tranquilamente, a palavra de sabedoria inspirada do Bispo de Roma: «Maria é a **Virgem que sabe ouvir**, que acolhe a palavra de Deus com fé... É isto que também a Igreja faz, sobretudo na sagrada Liturgia, onde ela escuta com fé, acolhe, proclama e venera a Palavra de Deus e a distribui aos fiéis como pão da vida. Maria é a **Virgem dada à oração**, como nos aparece na visita a Isabel e em Caná... Virgem dada à oração é também a Igreja, a



qual todos os dias apresenta ao Pai as necessidades dos seus filhos, louva o Senhor sem cessar e intercede pela salvação de todo o mundo. Maria é a **Virgem-Mãe**, Aquela que pela sua fé e obediência, gerou na terra o próprio Filho de Deus Pai, pelo poder do Espírito... A Igreja prolonga no sacramento do Baptismo a maternidade virginal de Maria, pois a virtude do Altíssimo e a sombra do Espírito Santo, que fizeram com que Maria desse à luz o Salvador, são o mesmo que faz com que a ablução regenere aquele que crê. Maria é, enfim, a **Virgem que oferece** ao Senhor, no Templo, o fruto bendito do seu ventre e que, no Calvário, esteve de pé, junto à Cruz, sofrendo profundamente com o seu Unigénito e oferecendo também ela a morte de seu Filho ao eterno Pai... A Igreja, Esposa de Cristo, é aquela que, sobretudo ao domingo, convoca os fiéis para celebrar a Páscoa do Senhor, até que Ele volte, o que a mesma Igreja faz em comunhão com os Santos do céu e, em primeiro lugar, com a bem-aventurada Virgem Maria» (Paulo VI, *Marialis Cultus*, nn. 16-20).

## CONCLUSÃO

A veneração que a tradição litúrgica universal presta a Maria não tem paralelo com a de qualquer outro Santo. E compreende-se porquê. Ela é a Mulher que Deus escolheu para Mãe de seu Filho. A Liturgia, expressão orante da fé da Igreja, é testemunho ímpar dessa tradição viva de amor e devoção à Virgem, graças à presença ininterrupta do Espírito, ao contínuo dar ouvidos à Palavra da revelação, à vigilância atenta do Magistério e ao escrupuloso estudo da verdade.

«Cristo é o único caminho para o Pai, Cristo é o modelo supremo, ao qual o discípulo deve conformar o próprio comportamento. Foi isto o que a Igreja ensinou em todos os tempos e nada, na actividade pastoral, deve ensombrar jamais essa doutrina. No entanto, a Igreja, instruída pelo Espírito e ensinada por uma experiência multise secular, reconhece que também a piedade para com a bem-aventurada Virgem Maria, subordinadamente à piedade para com o divino Salvador e em conexão com ela, tem uma grande eficácia pastoral e constitui uma força renovadora dos costumes cristãos» (Paulo VI, *Marialis Cultus*, n. 57).

JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO

# Concertos nas Igrejas

## I. A MÚSICA NAS IGREJAS FORA DAS CELEBRAÇÕES LITÚRGICAS

1. O interesse pela música é uma das manifestações da cultura contemporânea. A facilidade de poder ouvir em casa as obras clássicas, graças à rádio, aos discos, às cassetes, à televisão, não diminui em nada o prazer da assistência directa, tendo mesmo aumentado. Trata-se de um fenómeno positivo, porque a música e o canto contribuem para elevar o espírito.

O aumento do número de concertos levou recentemente, em diversos países, a uma utilização frequente das Igrejas para a sua execução. As razões invocadas são várias: necessidade de ambiente, pois não é fácil encontrar locais apropriados; razões de acústica, as igrejas oferecem geralmente boas garantias a este respeito; razões estéticas, no desejo que o concerto seja executado num local de beleza; razões de conveniência, para restituir às composições executadas o ambiente que foi o da sua criação; mas também razões simplesmente práticas, principalmente para os concertos de órgão: as igrejas, com efeito, estão geralmente bem fornecidas de tais instrumentos.

2. Simultâneo com este processo cultural, constata-se na Igreja uma situação nova.

As «Scholae Cantorum», por motivos vários, não tiveram oportunidade de executar o seu repertório habitual de música sacra polifónica no contexto da celebração litúrgica.

Por esta razão, tomaram a iniciativa de executar esta música sacra dentro da igreja, sob forma de concerto. O mesmo aconteceu com o canto gregoriano, que entrou na composição dos programas de concertos dentro e fora das igrejas.

Um outro facto importante relaciona-se com a iniciativa de «concertos espirituais», assim designados porque a música executada pode ser considerada como religiosa, por causa do tema

tratado, dos textos das melodias, do clima em que estas execuções se realizam.

Nalguns casos, estes concertos podem englobar leituras, preces, silêncios. Em virtude da forma que os caracteriza, podem ser comparados a um «piedoso exercício».

3. Esta realização progressiva de concertos nas igrejas suscitou entre os priores e reitores interrogações a que convém dar resposta.

Se uma abertura geral das igrejas a toda a espécie de concertos provoca reacções e protestos da parte de numerosos fiéis, uma recusa não motivada corre o risco de ser mal compreendida ou aceite pelos organizadores do concerto, os músicos e os cantores.

Antes de mais, importa fazer referência ao próprio significado das igrejas e à sua finalidade. Por isso, a Congregação do Culto Divino julga oportuno propor às Conferências Episcopais e, segundo a sua competência, às Comissões nacionais de Liturgia e de Música Sacra, alguns elementos de reflexão e de interpretação das normas canónicas que dizem respeito ao uso nas igrejas dos diversos géneros de música: música de canto para a liturgia, música de inspiração religiosa, música não religiosa.

4. É necessário voltar a ler no contexto actual os documentos já publicados, em particular a Constituição sobre a Liturgia **Sacrosanctum Concilium**; a Instrução **Musicam Sacram**, de 5 de Março de 1967, a Instrução **Liturgicae Instaurationes**, de 5 de Setembro de 1970, assim como os cânones 1210, 1213 e 1222 do Código de Direito Canónico.

Na presente carta ir-se-á falar, sobretudo, das execuções musicais fora das celebrações litúrgicas.

A Congregação para o Culto Divino deseja, desta forma, ajudar cada bispo a tomar as decisões pastorais válidas, tendo em conta a situação sócio-cultural circundante.

## **II. ELEMENTOS DE REFLEXÃO**

### **Natureza e finalidade das igrejas**

5. Segundo a tradição, ilustrada pelo Ritual da dedicação da igreja e do altar, as igrejas são os locais onde se reúne o povo de Deus. Este «reunido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito



Santo, constitui a Igreja, templo de Deus, edificado com pedras vivas, no qual o Pai é adorado em espírito e verdade. Com razão, desde a antiguidade, o nome de «igreja» se entendeu ao edifício em que a comunidade cristã se reúne para escutar a Palavra de Deus, rezar em comum, receber os Sacramentos, celebrar a Eucaristia», e adorá-lo neste lugar como sacramento permanente. (Cf. ODEA, cap. II, 1).

As igrejas não podem portanto ser consideradas como simples lugares «públicos», disponíveis para reuniões de todos os géneros. São lugares sagrados, quer dizer «postos à parte» de maneira permanente, para o culto prestado a Deus, pela consagração ou a bênção.

Como edifícios visíveis, as igrejas são sinais da Igreja peregrina sobre a terra; imagens que anunciam a Jerusalém celeste; lugares em que se actualiza a partir deste mundo o mistério da comunhão entre Deus e os homens. Nos aglomerados urbanos e rurais, a igreja é ainda a casa de Deus, quer dizer o sinal da sua morada entre os homens. Ela permanece, portanto, um lugar sagrado, mesmo fora das celebrações litúrgicas.

Numa sociedade de agitação e de ruído, sobretudo nas grandes cidades, as igrejas são também lugares propícios em que os homens reencontram, no silêncio ou na oração, a paz do espírito ou a luz da fé.

Isto só é possível se as igrejas conservarem a sua identidade. Quando são utilizadas para fins diferentes dos que lhe são próprios, a sua característica de sinal do mistério cristão corre perigo com males mais ou menos graves para a pedagogia da fé e o sentido do povo de Deus, como o lembra a palavra do Senhor: «A minha casa é uma casa de oração» (Lc. 19, 46).

### **Importância da música sacra**

A música sacra, tanto vocal como instrumental, merece uma atenção positiva. Entendemos aqui por esta designação «Aquele que, composta para a celebração do culto divino, é dotada de santidade e bondade de forma» (MS, n. 4a). A Igreja considera-a como «um tesouro de valor inestimável, que a eleva sobre as outras artes», reconhece-lhe «uma função ministerial no serviço divino» (cf. SC, n. 112); e recomenda que «este tesouro seja conservado com a maior solicitude» (cf. SC, n. 114).

Quando a execução da música sacra se realiza durante uma celebração deve conformar-se com o ritmo e as modalidades que lhe são próprias. Esta disposição obriga, com bastante frequência, a limitar o uso de obras criadas numa época em que a participação activa dos fiéis não era proposta como fonte do verdadeiro espírito cristão (cf. SC, n. 14; Pio X, *Tra le sollecitudini*).

Esta mudança na execução das obras musicais é análoga à realizada por outras criações artísticas no campo litúrgico, por razões de celebração: por exemplo, os santuários foram reestruturados na disposição do lugar da presidência, do ambão, do altar voltado para o povo. Isto não significa de forma nenhuma desprezo pelo passado, mas foi exigido por uma finalidade mais importante, tal como a participação da assembleia. A limitação eventual que se pode dar na utilização das obras musicais no decorrer da liturgia pode ser compensada pela apresentação integral a ser feita fora das celebrações, sob a forma de concerto de música sacra.

### **O órgão**

7. O uso do órgão durante as celebrações litúrgicas limita-se hoje a algumas intervenções. No passado, o órgão substituiu a participação activa dos fiéis e encobria a assistência daqueles que «eram espectadores mudos e inertes» da celebração (Pio XI, *Divini Cultus*, n. 9).

O órgão pode acompanhar e manter, durante as celebrações, os cânticos sagrados da assembleia ou da «Schola». Mas o som do órgão não deve sobrepor-se às orações ou aos cânticos executados pelo padre celebrante, nem às leituras proclamadas pelo leitor ou diácono.

O silêncio do órgão deverá ser mantido, segundo a tradição, igualmente nos tempos penitenciais (Quaresma e Semana Santa), durante o Advento e na liturgia dos defuntos. Nestas circunstâncias, o som do órgão é permitido unicamente para acompanhar o canto.

É aconselhável que o órgão seja utilizado, por tempo prolongado, para preparar e concluir as celebrações.

É importante que em todas as igrejas, mas especialmente nas mais importantes, não falem músicos competentes nem instrumentos musicais de qualidade. Deverá haver um cuidado particular com os órgãos de épocas passadas, mas sempre preciosos pelas suas características.

### III DISPOSIÇÕES PRÁTICAS

8. A regulamentação sobre o uso das igrejas é determinada pelo Cân. 1210 do Código de Direito Canónico: «No lugar sagrado apenas se admite aquilo que serve para exercer ou promover o culto, a piedade e a religião; e proíbe-se tudo o que seja discordante da santidade do lugar. Porém, o Ordinário pode permitir acidentalmente outros actos, que não sejam contrários à santidade do lugar».

O princípio de que a utilização das igrejas não deve ser contrário à santidade do lugar determina o critério segundo o qual convém abrir a porta da igreja a um concerto de música sacra ou religiosa, e fechá-la a toda outra espécie de música. A mais bela música sinfónica, por exemplo, não é, em si, religiosa. Este qualificativo deve resultar explicitamente do destino original das peças musicais ou dos cânticos, e do seu conteúdo. Não é legítimo programar numa igreja a execução de uma música que não é de inspiração religiosa e que foi composta para ser executada em contextos profanos precisos, quer se trate de música clássica ou contemporânea, erudita ou popular: tal facto não respeitaria nem o carácter sagrado da igreja, nem a própria obra musical, que não seria executada no seu contexto natural.

Compete à autoridade eclesiástica exercer livremente os seus poderes nos lugares sagrados (cf. cân. 1213) e, portanto, regulamentar a utilização das igrejas fazendo respeitar o seu carácter sagrado.

9. A música sacra, quer dizer a que foi composta para a Liturgia, mas que por razões actuais não pode ser executada durante uma celebração litúrgica, e a música religiosa, isto é, a que se inspira em textos da Sagrada Escritura, da Liturgia ou que está em relação com Deus, com a Santíssima Virgem, os santos da Igreja, podem ter o seu lugar na igreja, fora das celebrações litúrgicas. O toque do órgão e as outras execuções musicais, vocais ou instrumentais, podem «servir ou favorecer a piedade ou a religião» (cf. CIC, cân. 1210). Tudo isto tem uma utilidade particular:

- a) para preparar para as principais festas litúrgicas, ou para lhes dar uma maior festividade fora das celebrações;
- b) para acentuar o carácter particular dos diversos tempos litúrgicos;
- c) para criar nas igrejas um clima de beleza e de medita-

ção que ajuda e favorece, mesmo nos que estão afastados da Igreja, uma disposição para receber os valores do espírito;

d) para criar um contexto que torna mais fácil e acessível a proclamação da Palavra de Deus: por exemplo, uma leitura contínua do Evangelho;

e) para manter vivos os tesouros da música de igreja que não devem perder: músicas e cânticos compostos para a Liturgia, mas que não podem entrar sempre nem facilmente nas celebrações litúrgicas actuais; músicas espirituais, como os oratórios, as cantatas religiosas, que continuam a ser meios de comunicação espiritual.

f) para ajudar os visitantes e os turistas a melhor apreender o carácter sagrado da igreja, por meio de concertos de órgão previstos em horas determinadas.

10. Quando os organizadores pedem para utilizar uma igreja a fim de executar um concerto, compete ao Ordinário dar a concessão «per modum actus». Assim se deve entender acerca de concertos ocasionais. Isto exclui, consequentemente, uma concessão comutativa, por exemplo, no quadro de um festival ou de um ciclo de concertos.

Se o Ordinário o julgar necessário, poderá nas condições previstas pelo Código de Direito Canónico, cân. 1222 § 2, destinar uma igreja que já não serve ao culto, como «auditorium» para a execução da música sacra ou religiosa, e até para as execuções musicais profanas, na condição que convenham à sacralidade do lugar.

Nesta função pastoral, o Ordinário encontrará ajuda na Comissão Diocesana de Liturgia e de Música Sacra.

Para salvaguardar a sacralidade das igrejas, observar-se-á, relativamente às autorizações de concertos, as seguintes condições que o Ordinário poderá precisar:

a) Em tempo útil, deve-se apresentar um pedido, por escrito, ao Ordinário do lugar com a indicação da data do concerto, do horário, do programa explicitando as obras e os nomes dos autores.

b) Depois de ter recebido a autorização do Ordinário, os párocos ou reitores da igreja poderão conceder a autorização da sua igreja aos coros e orquestras que observem as condições abaixo indicadas:

c) A entrada na igreja deve ser livre e gratuita.

d) Os executantes e os ouvintes deverão ter uma postura e um comportamento de acordo com o carácter sagrado da igreja.

e) Os músicos e os cantores evitarão ocupar o santuário. Deve observar-se o maior respeito relativamente ao altar, à cadeira do celebrante, ao ambão.

f) Na medida do possível o Santíssimo Sacramento será guardado numa capela anexa ou noutro lugar seguro e digno (cf. C. I. C., cân. 938, par. 4).

g) O concerto será apresentado e eventualmente acompanhado de comentários que não sejam unicamente de ordem artística ou histórica, mas que favoreçam uma melhor compreensão e uma participação interior dos ouvintes.

h) O organizador do concerto assumirá, por escrito, a responsabilidade civil, as despesas, o pôr em ordem o edifício, a reparação de estragos eventuais.

11. As disposições práticas precedentes querem contribuir para ajudar os Bispos e reitores de igrejas no esforço pastoral que lhes incumbe para manter sempre o carácter próprio das igrejas destinadas às celebrações, à oração e ao silêncio.

Estas medidas não devem, de forma alguma, ser consideradas como uma falta de interesse pela arte musical.

O tesouro da música sacra permanece um testemunho da maneira como a fé cristã pode promover a cultura humana.

Ao colocar no seu justo valor a música sacra ou religiosa, os músicos cristãos e os eméritos membros das «Scholae Cantorum» devem sentir-se encorajados a continuar esta tradição e a mantê-la viva ao serviço da fé, segundo o convite que lhes foi feito pelo Concílio Vaticano II na sua mensagem aos artistas: «Não recuseis pôr o vosso talento ao serviço da verdade divina. O mundo em que vivemos tem necessidade de beleza para não cair no desespero. A beleza como a verdade, dão alegria ao coração dos homens. E isto pelas vossas mãos» (cf. Concílio Vaticano II, Mensagem aos artistas, 8 de Dezembro de 1965).

Roma, 5 de Novembro de 1987.

(PAUL AUGUSTIN CARD. MAYER OSB.)

PRÉFET

(+ VIRGILIO NOÈ)

ARCHEVÊQUE TIT. DE VONCARIA

SECRÉTAIRE

## À propósito do antigo Caminho de Peregrinação Português

Escreveu Reynaldo dos Santos que no vocabulário do românico português as maiúsculas eram as catedrais e as minúsculas as pequenas igrejas de Entre-Douro-e-Minho. Seguindo este organigrama e adicionado-lhe as anotações de Lacerda, Gaillard e Lambert, poderíamos fixar duas categorias principais de monumentos: a dos templos rurais e a dos pertencentes aos centros urbanos.

No primeiro grupo ficariam incluídos os povoamentos dispersos e autárquicos do Alto Douro e Trás-os-Montes, onde, sem cair num determinismo excessivo, as próprias condições geográficas e a pobreza da zona impõem certas normas de vida. Constituíam um amplo conjunto de paróquia, regra geral de escassos meios económicos, e, inclusivamente, mosteiros de comunidades reduzidas, fiéis em muitos casos a disciplinas frutuossinas ou de duvidosa observância religiosa, ligadas ao padroado de velhas famílias de origem condal e a gentes de modesta condição. Trata-se de edifícios de constituição granítica muito simples, com nave e ábside única, denotando uma sobriedade estrutural que não exige grandes recursos materiais. Frequentemente, a colhida pouco calorosa do românico levou a admitir um proto-românico.

Ainda dentro desta secção, marcando embora uma classe mais evoluída, importa considerar as igrejas das antigas casas monásticas situadas no Douro Litoral e Entre-Douro-e-Minho. Dotadas, em geral, de fábrica de maior importância do que as suas congéneres que citámos, concentram-se presentemente ao longo dos rios Minho, Lima, Cávado, Ave, Sousa e Tâmega, guardando uma distância menor dos principais sistemas viários. O rigor da observância religiosa, um nível cultural mais elevado e maior estabilidade económica parecem ter-lhes assegurado aí um prestígio e mais significativo benefício das influências recebidas do exterior.



O tipo de planta mais frequente na área que mencionamos foi o de nave única e ábside quadrada, habitualmente com cobertura de madeira (exceptuando São Martinho de Cedofeita) como as do vale do Lima: Bravães (1125), São Cláudio de Nogueira (1145), Rio Mau (1151), Unhão (1165)... Outro tipo integra os exemplares de nave única e ábside semi-circular: São João de Ferreira, Longos Vales, São Fins de Fiestras... As igrejas de São Salvador de Travanca, Paço de Sousa, Ganfei e Rates, com três naves e ábsides semi-circulares, evidenciam uma concepção mais elaborada, valendo-se do emprego de pilares cruciformes associados ao recurso de arcos-diafragma que conferem aos muros maior solidez. Os fustes decorados da cabeceira de São Pedro de Rates têm paralelos com o românico da área zamorana, tal como o pórtico de arquivoltas lobuladas de São Pedro de Ferreira, onde se concretiza a memória da Porta do Bispo da catedral de Zamora. Castro de Avelãs, adjudicada a artífices *magaries* oriundos de Leão e levantada, em tijolo, tem também paralelos em terras espanholas. São manifestos, por outro lado, os paralelos com o românico galego, nomeadamente no jogo harmónico que reside nas sábias distribuições das proporções e valorização das linhas essenciais.

São Martinho de Cedofeita, no Douro Litoral, representa um caso especial. Pertencia a um mosteiro mencionado em 1120 numa bula do papa Calixto II e considera-se ter estado associado a um financiamento real. A sua nave única é completamente abobadada em pedra e no exterior conta com estribos adossados ao muro.

Em oposição a este românico de âmbito rural, destacam-se com força própria os exemplos dos núcleos de Braga, Coimbra, Porto, Lisboa, etc., onde a sua própria localização e uma maior amplitude de critérios propiciam grande abertura extra-regional. Encontramos aqui construções mais complexas e custosas, ainda que algumas tenham desaparecido ou se revelem metamorfoseadas. Gaillard avaliava-as como o resultado de uma arte de importação, vinculando-se à acção de um clero de origem francesa que, ao mesmo tempo que vê aumentadas as fontes materiais para prosperar, organiza os seus capítulos e constrói as respectivas catedrais em justa correspondência com um melhor nível económico, tamanho e importância da estrutura da urbe. Foi o caso de Braga, o grande enclave do Norte de Portugal, com um número de habitantes não inferior a cinco mil (Oliveira Marques calculou até dez mil), dispondo de uma catedral maior do que a do Porto. Nestas

dioceses ocupadas por bispos de proveniência cluniacense — que vão contribuir para que o país não viva de costas para os problemas da vanguarda cultural europeia da época — procurou-se dar acolhimento aberto aos esquemas representativos das novas ideias, enquanto as igrejas rurais reflectem a luta entre duas culturas: a existente e a que busca impor-se.

*(Continua)*

MANUEL NÚÑEZ RODRÍGUEZ  
JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

## Visita da Comissão Episcopal de Liturgia à Congregação do Culto Divino

No dia 10 de Julho de 1987, D. Albino Mamede Cleto e D. António Francisco Marques, respectivamente Presidente em exercício e Presidente eleito da Comissão Episcopal de Liturgia, visitaram a Congregação do Culto Divino, tendo sido recebidos pelo Cardeal Paulo Agostinho Mayer e por Mons. Virgílio Noé, Presidente e Secretário da Congregação.

D. Albino Cleto expôs a situação actual da Liturgia em Portugal, indicando os principais valores da reforma litúrgica, o modo como ela foi aceite pelo povo português e os frutos que produziu na vida espiritual dos crentes. Mostrou também as carências que ainda se fazem sentir e o que se faz para as superar.

Deteve-se sobretudo na apresentação do plano de formação litúrgica do povo português, a nível do clero, dos religiosos e religiosas, dos leigos e principalmente a nível dos ministérios laicais, que prestam eficaz colaboração aos ministros ordenados.

Os dois Bispos portugueses acentuaram a função importante desempenhada neste campo pelo Santuário de Fátima. Efectivamente, o Reitor do Santuário procura que todas as celebrações nele feitas sejam modelares, de acordo com as normas litúrgicas vigentes. E isto tem consequências positivas em todo o País. Além disso, é em Fátima que se realizam com grande participação do clero e fiéis os encontros nacionais de Liturgia.



Um dos problemas mais importantes que se deparam vem da lentidão com que se processa a tradução dos livros litúrgicos. Espera-se poder apresentar em breve o Ritual da Dedicção das Igrejas e Altares, o Ritual da Confirmação e o Cerimonial dos Bispos. Espera-se, acima de tudo, poder terminar a edição portuguesa do Missal Romano, de que há apenas uma edição provisória.

D. Albino Cleto deu informações pormenorizadas sobre o encontro efectuado com as Comissões Episcopais de Liturgia de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, para conseguir uma unidade de textos litúrgicos em língua portuguesa. Neste momento, há acordo quanto aos textos de algumas fórmulas sacramentais e das respostas dos fiéis na celebração da Missa.

O Cardeal Prefeito e Mons. Secretário insistiram para que se prossiga neste sentido e se possa chegar a um texto único, ao menos para o Ordinário da Missa e as preces eucarísticas, como já se conseguiu nos países de língua espanhola.

Tratou-se também da questão da música litúrgica. Depois de recordarem a abundância da produção existente e nem sempre digna das celebrações, os dois Bispos encareceram o esforço que se está a fazer neste campo e recordaram ainda a música feita para o canto da Liturgia das Horas.

Por último, descreveram o funcionamento da Comissão Episcopal e do Secretariado Nacional de Liturgia em Portugal.

J. G.

## Jornadas Nacionais Espanholas de Liturgia

A celebração do Ano Mariano, proclamado por João Paulo II no dia 1 de Janeiro de 1987, motivou a escolha do tema das Jornadas Nacionais de Liturgia de 1987. A Comissão de Liturgia ao começar o triénio de 1987-1990, decidiu oferecer este contributo à celebração do Ano Mariano em Espanha. Efectivamente estas Jornadas constituíram o primeiro acto de alcance nacional dentro dos objectivos assinalados pelo Papa para o Ano Mariano: aprofundar o conhecimento da presença de Maria e da sua missão no mistério de Cristo e da Igreja e, ao mesmo tempo, promover

uma celebração mais autêntica da Virgem no culto litúrgico e na piedade popular.

O Secretariado Nacional de Liturgia, órgão executivo da Comissão Episcopal, preparou pela vigésima vez o programa das Jornadas Nacionais para que respondesse a estes objectivos, conscientes aliás da importância que tem para todas as formas do culto mariano o que se dá à santa Mãe de Deus na Liturgia. Por outro lado, era necessário também dar relevo à figura da Virgem Maria tal qual ela é apresentada pela liturgia renovada do Concílio Vaticano II, isto é, como modelo da Igreja no exercício do culto e em toda a vida cristã.

As Jornadas foram um êxito. Cerca de quinhentas pessoas, na sua maioria religiosas, sacerdotes e seminaristas, encheram o Auditório Paulo VI do Instituto Leão XIII de Madrid.

Cada dia destas Jornadas começava com uma oração comunitária ou com a celebração da Hora Intermédia, e culminava com a Eucaristia.

As Jornadas abriram no dia 9 de Outubro com palavras de apresentação por D. Andrés Pardo, director do Secretariado Nacional de Liturgia, e tiveram como conferencistas: o Cardeal Primaz e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, D. Marcelo Gonzalez Martín, que dissertou sobre «A Virgem Maria na Igreja de hoje»; P. José Cristo Rey Garcia Paredes e D. José Angel Ubieta, que fizeram duas reflexões sobre Maria na Sagrada Escritura; D. Julián López, D. Pedro Farnés e D. Alberto Taulé, que apresentaram a Virgem Maria na Liturgia; Mons. Rosendo Alvarez que tratou da piedade popular mariana; D. Joaquín L. Ortega que tratou de «Maria na arte»; e Mons. Antonio Quarracino, Arcebispo de La Plata (Argentina), que expôs a importância que teve e continua a ter a figura da Virgem no processo de evangelização da América Espanhola.

## II Reunião das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

De 6 a 9 de Junho deste ano, irá efectuar-se em Lisboa a II Reunião das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Fazem parte da agenda os seguintes pontos:

1. Textos litúrgicos das fórmulas essenciais dos Sacramentos. Chegou-se a acordo na I Reunião, mas conviria aperçoar as fórmulas da Confirmação e da Unção dos Doentes que não satisfazem.
2. Celebração, nos nossos Países, dos 25 anos da Constituição conciliar sobre a Liturgia.
3. Inculturação da Liturgia nos nossos povos.
4. Piedade popular e passagem das suas formas de Portugal para os outros Países de Língua Portuguesa.
5. Encontro com o Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), Prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão.

## XIV Encontro Nacional

O XIV Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica vai realizar-se no Santuário de Fátima, de 25 a 29 de Julho próximo.

Terá por temática A REFORMA LITÚRGICA 25 ANOS DEPOIS DA CONSTITUIÇÃO SOBRE A LITURGIA e procurará partir deste primeiro grande documento do Vaticano II, mas não deixará de fazer uma referência ao presente e uma abertura ao futuro.

Serão conferencistas: **D. Manuel de Almeida Trindade** — O Concílio Vaticano II e a Constituição sobre Liturgia; **Cón. José da Costa Ferreira** — A Liturgia, revelação e actuação do Mistério de Cristo; **P. Dr. Luís Ribeiro de Oliveira** — Liturgia, manifestação da verdadeira natureza da Igreja; **P. Dr. José de Leão Cordeiro** — A Eucaristia, principal manifestação da Igreja; **P. Dr. Pedro Ferreira, OCD** — A formação litúrgica em ordem à participação activa, consciente e frutuosa; **Cón. Dr. António Ferreira dos Santos** — A Constituição Litúrgica e a renovação da Música Sacra; **P. Dr. Pedro Romano Rocha, SJ** — Realizações e perspectivas da reforma litúrgica.

#### LOCAL : SANTUÁRIO DE FÁTIMA

O XIV Encontro Nacional será efectuado no Santuário de Fátima e os seus trabalhos e celebrações terão lugar no Centro Pastoral Paulo VI, na Basílica e na Capelinha das Aparições.

#### DATA 25 - 29 / JULHO / 1988

O XIV Encontro Nacional começará no dia 25, às 17 horas, com a Oração e a primeira conferência do programa, e terminará ao meio dia de 29 com a Celebração Eucarística.

#### INSCRIÇÕES

As inscrições destinam-se a suportar as despesas do Encontro, incluindo o material que nele se oferece aos participantes: guião das celebrações litúrgicas, pastas e impressos.

O agravamento das inscrições feitas depois do prazo pretende, única e exclusivamente, minimizar os transtornos que tais inscrições acarretam à organização.

Até 30 / Junho					Depois de 30 / Junho				
Individual	...	...	...	...	1.300\$00	...	...	...	1.600\$00
Casal	...	...	...	...	2.200\$00	...	...	...	2.400\$00
Jovem	...	...	...	...	1.000\$00	...	...	...	1.200\$00

#### HOSPEDAGEM

O Secretariado Nacional de Liturgia, que organiza o Encontro, reconhece a dificuldade cada vez maior de garantir alojamento para todos os pedidos, designadamente para os quartos individuais.

Ficará grato a todos os participantes que arranjem pessoalmente este tipo de alojamento.

Mas continua disponível para os participantes que o não consigam só por si.

**Lembra a todos os interessados que a Casa de N.ª S.ª do Carmo é limitada e não pode receber todos os pretendentes a um quarto individual cómodo.** Lembra ainda que as paróquias e outras comunidades se devem responsabilizar pelos seus jovens e adolescentes, mesmo durante o Encontro.

A incapacidade de o Santuário poder acolher todos os que desejam um quarto de 1 ou 2 camas obriga a uma certa dispersão pelas casas que nos prestam esta colaboração e exige uma adaptação de preços.

Os pedidos de hospedagem só se aceitam até ao dia 30 de Junho.

Para esclarecimento dos participantes, vão inclusas no quadro seguinte as devidas informações:

1. Refeições e dormidas em quarto individual ... ..	8.000\$00
2. Refeições e dormidas em quarto de 2 camas ... ..	7.000\$00
3. Refeições e dormidas em compartimentos de mais de duas camas ... ..	5.000\$00
4. Só refeições nos 4 dias ... ..	4.500\$00

## Encontros Diocesanos

Realizou-se, de 13 a 15 de Fevereiro, o X Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica em **Viana do Castelo**. A temática do Encontro foi: Religiosidade Popular e Celebração da Fé.

Participaram cerca de 300 pessoas, entre as quais algumas dezenas de futuros ministros extraordinários da Comunhão.

As conferências estiveram a cargo de Dr. Dário Pedroso, SJ, Dr. Jorge Barbosa, Dr. Joaquim Vilar, Dr. José de Leão Cordeiro e Dr. Arnaldo Pinto Cardoso. O Director do SNL também esteve presente e deu informações sobre as actividades do SNL.

No último dia, D. Armindo Lopes Coelho, Bispo da Diocese, presidiu à celebração da Eucaristia, na qual nomeou os novos ministros extraordinários da Comunhão e fez oportunas e profundas reflexões sobre a temática do Encontro.

A Diocese de Évora também realizou mais um Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica. A temática foi a mesma do Encontro nacional: Religiosidade Popular e celebração da Fé. Teve cerca de 100 participantes e decorreu com interesse e em ambiente caloroso por parte das pessoas presentes.

No início destas X Jornadas Diocesanas de Pastoral Litúrgica, D. Maurílio de Gouveia, Arcebispo de Évora, disse numa palavra de orientação da qual destacamos:

«Podemos afirmar que as Jornadas de Liturgia têm constituído um dos grandes meios para aplicar na Arquidiocese as orientações definidas pelo Concílio Vaticano II neste sector fulcral da vida da Igreja. O seu objectivo final tem sido levar os cristãos a uma plena participação nas celebrações litúrgicas.

É já muito o que tem sido feito; muito mais resta por fazer. Há sobretudo que encontrar formas que permitam levar estas reflexões, estudos e vivências a todas as paróquias, interessando estas no dinamismo litúrgico que marca este período da Igreja.

## Missal Romano

Saiu recentemente a público uma nova edição do Missal Romano destinado ao celebrante ou presidente da assembleia.

D. Albino Mamede Cleto, que tomou a iniciativa desta publicação durante o seu mandato de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, faz a apresentação deste Missal, ainda provisório. Dela extraímos os esclarecimentos que se seguem:

A revisão dos textos do Missal encontra-se «numa fase já muito adiantada», em ordem à sua publicação com carácter definitivo.

«Esse trabalho moroso, cujo resultado carecerá de aprovação pela Conferência Episcopal e pela Congregação do Culto Divino, terminará em uma bem cuidada edição do Missal, rigorosa na tradução e aprimorada na apresentação tipográfica. É com esse intuito que se faz desta reedição provisória uma «experiência intermédia».

Nela se incluem, segundo o direito litúrgico, apenas aqueles

textos que já tiveram aprovação da Sé Apostólica. Felizmente é este o caso da nova versão da oração colecta das missas; aprovada para a Liturgia das Horas, essa versão nova é a que se adopta neste volume.»

O índice deste Missal apresenta o seu conteúdo: Tempo de Advento, Tempo do Natal, Tempo da Quaresma, Semana Santa, Tríduo Pascal, Tempo Comum, Solenidades do Senhor durante o Tempo Comum, Ordinário da Missa.

No Apêndice I, vêm as seguintes solenidades e festas: Apresentação do Senhor, Cinco Chagas do Senhor, S. José, Esposo da B. V. Maria, Anunciação do Senhor, S. João Baptista, SS. Pedro e Paulo, Apóstolos, Transfiguração do Senhor, Assunção da B. V. Maria, Exaltação da Santa Cruz, Todos os Santos, Comemoração de Todos os Fiéis Defuntos, Dedicção da Basílica Lateranense e Imaculada Conceição da B. V. Maria.

No Apêndice II, vêm 46 Prefácios, que completam os outros Prefácios que estão inseridos no Ordinário da Missa e noutras partes como, por exemplo, nos Domingos da Quaresma.

D. Albino Mamede Cleto diz, no final da Apresentação, que «serão bem-vindos todos os comentários a esta edição provisória».

## Preparação e celebração das Festas Pascais

A Congregação do Culto Divino enviou aos Presidentes das Conferências episcopais e das Comissões nacionais de Liturgia uma circular com o objectivo de preparar e celebrar as Festas Pascais.

Este documento sintetiza o que se encontra disperso nos Preliminares dos vários livros litúrgicos sobre as Festas Pascais e sua preparação, sobre os diversos dias e ritos, e ainda sobre a maneira de os celebrar.

Seguindo o critério a que nos habituou a reforma litúrgica, programação litúrgica de qualidade e catequese são inseparáveis e só podem avançar conjuntamente.

A qualidade da celebração só se alcançará dando toda a força à catequese do mistério pascal.

Esta perspectiva fundamental ajuda a compreender este docu-



mento — e simultaneamente a situá-lo bem — e a distinguir as coisas importantes das que não passam de pormenores.

O texto é bastante longo e só nos chegou às mãos quando estava a acabar de se imprimir este número do Boletim. Limitamo-nos, por isso, a referenciar os pontos mais importantes do seu conteúdo:

1. Acentua-se o significado do tempo: global — Quaresma e Tempo Pascal; e especificado — Quarta-Feiras de Cinzas, Tríduo e Vigília Pascal, etc.

2. Depois, diz-se «como» tal ou tal aspecto é desenvolvido, por exemplo: a importância da verdade das horas, do círio pascal, e o ordenamento das celebrações litúrgicas.

Em pormenor:

- Importância da hora da Vigília Pascal (n.ºs 3, 77-80, 95).

Deve assinalar-se particularmente o n. 78: «A Vigília Pascal deve celebrar-se toda durante a noite e acabar antes da aurora do domingo». Deve interpretar-se esta norma em sentido estrito. São de reprovar os abusos em contrário e os costumes introduzidos aqui e além, que fazem celebrar a Vigília Pascal nas horas em que se celebram habitualmente as missas dominicais antecipadas.

- Prioridade a dar às celebrações litúrgicas relativamente aos «exercícios de piedade» (3).

- Convite ao aprofundamento da formação dos padres e dos fiéis (3, 96).

- Significado do Tempo da Quaresma: preparação dos Sacramentos da Iniciação Cristã (6-10).

- Sentido penitencial da Quaresma (14, 15, 37).

- Importância de certos dias durante a Quaresma (21, 23, 24).

- Semana Santa (27).

- Domingo de Ramos e da Paixão do Senhor (28) e especialmente a procissão (29): «a comemoração da entrada do Senhor em Jerusalém faz-se, desde a antiguidade, por uma procissão solene: os cristãos celebram este acontecimento retomando as aclamações e os gestos das crianças hebraicas que iam à frente do Senhor cantando hosanas.

A procissão deve ser única e deve fazer-se sempre antes da missa que tem a maior afluência de povo, mesmo que seja a da tarde, quer seja ao sábado ou ao domingo. Nesta procissão, far-



-se-á a reunião dos fiéis numa Igreja secundária ou noutro lugar distinto da igreja para a qual se dirige a procissão.

Os fiéis participam na procissão levando ramos de palma ou outras árvores. O padre e os ministros, levando também palmas, precedem o povo. Benzem-se os ramos de palma ou de outras árvores para serem levados na procissão. Depois da procissão, as palmas e os outros ramos, conservados nas casas, recordam aos fiéis a vitória de Cristo que eles celebram na procissão.

Os pastores tudo farão para que esta procissão em honra de Cristo-Rei seja preparada e celebrada de modo que dê verdadeiramente frutos espirituais na vida dos fiéis.

- Tríduo Pascal (38).
- Missa vespertina da Ceia do Senhor. Quinta-Feira Santa (44).
- Sexta-Feira Santa.
- Sábado Santo, seu significado (73) assim como as normas próprias deste dia: «Neste dia, a Igreja abstém-se estritamente de celebrar o sacrifício da missa. A comunhão só pode ser ministrada como viático. Deve recusar-se a celebração dos Casamentos e dos outros Sacramentos, à excepção da Penitência e da Unção dos Doentes».
- Vigília Pascal, hora: (77, 78, 79, 80), Estrutura: (81), Círio pascal: (82, 99).
- Significado da relação entre o Baptismo e a Vigília Pascal (88).
- Significado da Eucaristia da Vigília Pascal (90).
- Tempo Pascal (100-101).
- Fim do Tempo Pascal (Pentecostes: 107).

«... Não se deve separar a reforma litúrgica da obra doutrinal do Concílio, porque a liturgia deve ser a expressão do culto da fé da Igreja. Durante o Concílio, os Padres do Vaticano II reflectiram sobre o problema da Igreja, porque é o problema teológico do século XX, não apenas no catolicismo, mas em todas as confissões cristãs. É na Igreja que se deve realizar o plano divino de reunir todos os homens em Cristo. Os doutores do Concílio retornaram às fontes da Revelação e fizeram a distinção entre as rotinas humanas e a tradição autêntica que perpetua a continuidade da vida da Igreja. Quis o Concílio que esta fé renovada na Igreja se exprimisse através da liturgia, para fazê-la penetrar na vida total dos indivíduos e das comunidades...».

BERNARD BOTTE, OSB